

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 921.396 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA -
DIRETÓRIO ESTADUAL DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : MILTON DE MORAES TERRA

DECISÃO: O presente recurso não impugna os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a tratar de questão absolutamente estranha àquela que constituiu objeto de análise *pelo ato decisório* que inadmitiu o apelo extremo deduzido pela parte ora agravante.

Essa incoincidência temática – que se **evidencia** pela ocorrência de **divergência** entre as razões **em que se apoia a petição recursal** e os fundamentos **que dão suporte à matéria efetivamente versada** na decisão impugnada – configura hipótese de **divórcio ideológico**, circunstância esta que **inviabiliza** a exata compreensão do pleito deduzido pela parte agravante, **impedindo, desse modo**, o acolhimento do recurso de agravo.

Cabe assinalar, por necessário, que a ocorrência de **divórcio ideológico** tem levado a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a **repelir** petições recursais – **mesmo** aquelas veiculadoras de recurso extraordinário – que tenham incidido nesse vício de ordem lógico-formal (RTJ 164/784-785, Red. p/ o acórdão Min. CELSO DE MELLO – AI 145.651-AgR/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AI 165.769/MG, Rel. Min. FRANCISCO REZEK – RE 122.472/DF, Rel. Min. MOREIRA ALVES).

Impende considerar, por isso mesmo, a **advertência** feita por esta Suprema Corte, que, em **sucessivos** julgamentos, tem destacado a *absoluta imprescindibilidade* de a parte recorrente, quando da interposição do recurso de agravo, **impugnar, de modo pertinente**, as razões em que se assentou o ato decisório que não admitiu o recurso extraordinário (RTJ 133/485 – RTJ 145/940 – RTJ 158/975, *v.g.*).

ARE 921396 / DF

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **não conheço** do presente agravo, por **não** atacados, *especificamente*, os **fundamentos** da decisão agravada (CPC, art. 544, § 4º, I, segunda parte, **na redação** dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator